

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE - PB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: Uma Investigação no
Município de Campina Grande - PB

Tainara Michele Costa Farias

CAMPINA GRANDE- PB

2014

TAINARA MICHELE COSTA FARIAS

**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: Uma Investigação no
Município de Campina Grande- PB**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Departamento do Curso
de Ciências Contábeis, da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Orientadora: MSc. Eliedna de Sousa
Barbosa

**Campina Grande - PB
2014**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA1 – UEPB

F224r Farias, Tainara Michele Costa.

Regime Próprio de Previdência Social: uma investigação no município de Campina Grande - PB ./Tainara Michele Costa Farias. – 2014.

18 f.:il.color

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, 2014.

“Orientação: Profª. Ms. Eliedna de Sousa Barbosa”.

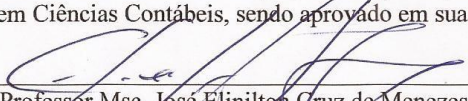
1. Previdência. 2. Regime Próprio de Previdência Social.
3. Servidores. I. Título.

21. ed. CDD 368.4

TAINARA MICHELE COSTA FARIAS

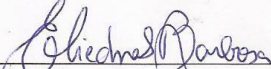
**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: Uma Investigação no
Município de Campina Grande- PB**

Este trabalho de conclusão de curso – TCC foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovado em sua forma final.

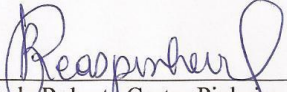


Professor Msc. José Elinilton Cruz de Menezes
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso


Professores que compuseram a banca:



Professora MSc. Eliedna de Sousa Barbosa
Departamento de Contabilidade – UEPB
Orientadora



Prof. MSc. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves
Departamento de Contabilidade – UEPB
Membro



Prof. Esp. José Luis de Souza
Departamento de Contabilidade – UEPB
Membro

Campina Grande - PB, 25 de fevereiro de 2014.

RESUMO

FARIAS, Tainara Michele Costa. **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: Uma Investigação no Município de Campina Grande- PB.** 2014.18 fls. Trabalho de conclusão de curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

No atual cenário, considerando o progresso do exercício da transparência no setor público e a relevância que a previdência social vem tomando no atual panorama da execução orçamentária, é de grande valia o servidor possuir um considerável grau de informação do regime previdenciário o qual está inserido. Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa é evidenciar o nível de conhecimento que os segurados do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Campina Grande-PB (IPSEM) possuem no que se refere ao acesso e a compreensão acerca do mesmo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa com aplicação do método indutivo e exploratório, bibliográfica, de caráter descritivo, por amostragem probabilística, restringindo-se apenas aos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB. Os resultados obtidos pela aplicação de questionário a 384 servidores revelaram que os servidores públicos não conhecem o IPSEM ao qual estão vinculados, pois o servidor é capaz de identificar quem é responsável pela sua aposentadoria futura, mas não sabem como ter acesso aos demonstrativos contábeis e as prestações de contas, o que dificulta o acompanhamento da eficiência e eficácia da gestão de seus recursos. E, ainda, nos resultados observou-se que o servidor segurado do IPSEM, demonstra um baixo interesse em obter informações sobre o referido órgão, principalmente financeiro e contábil, assim permitindo que o gestor decida os rumos que devem ser tomados na instituição previdenciária, sem levar em consideração o conhecimento que seus segurados possuem acerca do mesmo.

Palavras-Chave: Previdência. Regime Próprio de Previdência Social. Servidores.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o sistema previdenciário assenta-se em três pilares: O Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a Previdência Complementar e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), esse último é assegurado unicamente aos servidores públicos titular de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos militares dos Estados e dos Distritos Federal.

Considerando os últimos anos, o setor público vem passando por diversas mudanças em sua legislação, principalmente, com o propósito de tornar mais transparente a gestão pública, já exigida na Lei Complementar nº 101, do ano de 2000,

mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal que, dentre outras coisas determina que o patrimônio acumulado, as contribuições a serem recolhidas e os benefícios a serem pagos devem ser expressos em demonstrativos contábeis, financeiros e orçamentários e, devidamente apropriados, compreendidos e fiscalizados. Ademais, a definição de transparência deve compreender o esforço para facilitar aos servidores e cidadãos a compreensão, a interpretação e a análise dos dados disponibilizados.

Dessa forma, com a relevância que a previdência social vem tomando no atual panorama da execução orçamentária brasileira, estudos foram realizados nesse âmbito, tais como Lima (2006), Felix (2009), Oliveira, Santos e Silveira (2011), Galvão (2012), por meio dos quais mostraram a dificuldade que o servidor tem de compreensão e acesso às informações do fundo previdenciário do qual fazem parte.

Nesse sentido, o presente trabalho estabeleceu o seguinte problema de pesquisa: **Os servidores públicos da Prefeitura Municipal de Campina Grande –PB conhecem o Instituto de Previdência ao qual estão vinculados?**

Para responder a esse questionamento essa pesquisa traçou como objetivo geral verificar o nível de conhecimento que os segurados do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Campina Grande – PB (IPSEM) possuem no que se refere ao acesso e a compreensão acerca do mesmo. E, com a finalidade de alcançar o objetivo acima, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever a respeito do sistema previdenciário no Brasil.
- b) Apresentar os principais aspectos do RPPS.
- c) Verificar o nível de conhecimento que os segurados do IPSEM possuem no que se refere ao acesso e a compreensão acerca do mesmo.

Espera-se que esse trabalho contribua para a percepção do servidor público quanto às informações disponibilizadas pelo órgão previdenciário, bem como para o IPSEM para que tome conhecimento de como seus beneficiários o enxerga, para a academia para que possa expandir, replicar e colaborar com pesquisas semelhantes, e aos demais interessados nesse tema.

Para que os resultados dessa pesquisa sejam entendidos devidamente, faz-se necessário esclarecer como limitação desse estudo, que não se inclui nele a demonstração da realidade de outros servidores públicos e de outros institutos de previdência próprios, tampouco a análise de toda a legislação previdenciária existente, portanto, os resultados obtidos, referem-se ao estudo de caso realizado.

Além da introdução e das referências, a pesquisa encontra-se estruturada em: referencial teórico, metodologia, apresentação dos resultados, e considerações finais.

2 O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO NO BRASIL

No Brasil, de acordo com Ibrahim (2011), os primeiros movimentos de preocupação com a premência de implantação de seguro social deram-se das Santas Casas de Misericórdia, no período colonial, que através de projetos incentivados pela Igreja, pela Coroa Portuguesa e por associação de leigos católicos proporcionavam assistência à população necessitada sem exigir remuneração do beneficiário. Apesar disso, o ponto de partida do sistema previdenciário brasileiro foi a Lei Eloy Chavez, Decreto Legislativo nº 4.682, de 24/01/1923, que estabeleceu a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensão para os empregados das empresas ferroviárias, aplicando uma característica sustentada até os dias de hoje na administração da previdência pública. Em dezembro de 1998, sucedeu a primeira reforma previdenciária, após a Constituição de 1988, com a Emenda Constitucional nº 20.

Hoje, o Sistema Previdenciário Brasileiro sustenta-se em três pilares: a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal, têm um caráter contributivo e filiação obrigatória, é regido pelo princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, destina-se a todos aqueles que exerçam algum tipo de profissão remunerada, salvo se esta profissão já gera filiação a determinado RPPS; b) a Previdência Complementar, que tem caráter facultativo e privado, formada por Entidade Aberta de Previdência Complementar (EAPC) e Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), tendo como finalidade prover a necessidade dos trabalhadores por uma renda adicional; e c) o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), que tem caráter contributivo e filiação obrigatória, é regido pelo princípio financeiro e atuarial, destina-se para os servidores estatutários ativos para os entes que o instituírem.

O foco do presente trabalho centraliza-se no Regime Próprio da Previdência Social, apresentado no tópico posterior.

3 O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é um aprimoramento do sistema público previdenciário brasileiro, destinado aos servidores com ligação permanente com a Administração e sustentado pelas entidades federativas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), caracteriza-se por ser gerenciado pelo Estado, pela natureza institucional do vínculo mantido com os segurados, pela obrigatoriedade de filiação e pelo custeio obtido por meio de cobrança de contribuições sociais, nos termos do artigo 40 da CF/88, com as modificações implantadas pelas EC nº 20/98 e EC nº 47/05:

Art. 40 - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

O RPPS tem o propósito de afiançar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados e dependentes quando os próprios se aposentam por invalidez permanente, quando se aposentam compulsoriamente após 70 anos, quando aposentados voluntariamente e quando pensionista assim reconhecido o direito do falecimento do segurado. Para que ocorra o pagamento dos benefícios, devem existir contribuições por parte dos servidores e do empregador.

Sob essa ótica, Ibrahim (2011) destaca que a lei prevê o registro individualizado das contribuições dos servidores, com identificação completa deste, o montante de sua contribuição e do Ente Federativo patrocinador deste regime e que, inclusive, a contribuição deste não poderá ser excedente ao dobro da contribuição do servidor.

A reforma previdenciária trouxe dois protótipos com efeitos estruturais inovadores para o novo modelo previdenciário brasileiro: o caráter contributivo e o equilíbrio financeiro e atuarial da previdência. Juntamente, com a premência de participação dos servidores nos órgãos decisórios e a transparência que se aplica ao RPPS para a consumação de seu controle e fiscalização.

Dessa forma, novos paradigmas inseridos pela lei 9.717/98 trouxeram melhorias para a organização e funcionamento do RPPS, os quais devem ser organizados embasados nas normas gerais de contabilidade e atuaria, de maneira a garantir seu equilíbrio financeiro e atuarial.

No texto legal fica clara a preocupação do legislador com a *accountability*, que é definido como o dever de prestar contas, estando identificada através da responsabilidade, transparência e controle. Acentua-se responsabilidade que foi estendida aos segurados na medida de sua participação nos órgãos deliberativos diretamente ou por seus prepostos, conjectura dada no inciso VI do artigo 1º da lei 9.717/98.

Quanto à transparência, nos regimes de capitalização do tipo definido, que é o caso do Regime Próprio, existe uma relação fundamental entre três componentes do plano previdenciário: o patrimônio acumulado, as contribuições a serem recolhidas e os benefícios a serem arrecadados. Devido à complexidade do sistema de cálculos do seu custo e financiamento exige-se um acompanhamento constante das avaliações dos demonstrativos contábeis, financeiros e orçamentários. Tais demonstrativos devem ser disponibilizados para o conhecimento e acompanhamento dos servidores como forma de fiscalizar e controlar os recursos.

Quanto ao controle, a lei determinou a obrigação dos gestores em identificar e consolidar em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo civil, militar e pensionista, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos, conjectura dada no inciso VII do artigo 1º da lei 9.717/98.

Quanto ao conjunto de normas voltadas a gestão e controle, estas foram posteriormente suplementadas com a Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, que ficou conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Dentre estas normas encontra-se a aplicação de penalidades aos dirigentes, à Administração Pública e aos cidadãos quando do descumprimento das diretrizes fixadas.

A LRF é um instrumento que rege pela responsável administração dos bens públicos, por isso consagra a transparência, o controle, o planejamento e a responsabilização como princípios orientadores da gestão dos recursos públicos, incluindo, também a Previdência Social.

Nesse sentido, esse estudo foi em busca de evidenciar o nível de conhecimento previdenciário dos segurados do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Campina Grande-PB.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho estabeleceu como delimitação de estudo o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Campina Grande (IPSEM) na Paraíba, em virtude da possibilidade de acesso aos entrevistados e aos dados do mesmo, caracterizando, assim, um estudo de campo.

Para o desenvolvimento do mesmo foi realizada uma pesquisa bibliográfica que, segundo Silva (2006, p. 54), “explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos etc”.

Foi utilizada, também, a pesquisa exploratória. Segundo Silva (2006, p. 59), “pesquisa exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. Tendo em vista que a Previdência é um assunto de interesse para todos, porém pouco estudada na área contábil.

Quanto a tipologia para elaboração desse trabalho foi de caráter descritiva, pois segundo Cervo e Bervian (2002, p.67) “se incluem nesta modalidade os estudos que visam identificar as representações sociais e o perfil de indivíduos e grupos, como também os estudos que visam identificar estruturas, formas, funções e conteúdos”.

Utilizou-se na coleta de dados, a aplicação de questionário que segundo Oliveira (2003, p.71) “é uma das formas mais utilizadas para a obtenção de dados, pois facilita a análise dos mesmos”. As perguntas foram estruturadas de múltiplas escolhas e para sua aplicação utilizou-se o método de *survey*, que segundo Malhotra (2001, p. 179) baseia-se no: “interrogatório dos participantes, aos quais se fazem várias perguntas sobre seu comportamento, intenções, atitudes, percepção, motivações e de características demográficas e de estilo de vida”.

Quanto à população, utilizou-se a técnica conhecida como amostragem probabilística, restringindo-se apenas aos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Campina Grande- PB, sendo considerado apenas os estatutários ativos, o que representa 5314 servidoras e 2995 servidores, totalizando 8309 servidores segurados, segundo dados disponibilizados pelo IPSEM.

Considerando que o tamanho da população é de 8309, a próxima etapa foi definir o tamanho da amostra que segundo Corrar e Theóphilo (2008, p. 45) “o tamanho ideal de uma amostra deve corresponder àquele em que os resultados encontrados situem-se dentro de uma margem de erro tolerável que não comprometa os objetivos do estudo”. Quando a proporção da ocorrência da variável em estudo não é conhecida, conforme preconizam Corrar e Theóphilo (2008, p. 58) usa-se uma proporção de 50%, ou seja, $p = q = 0,50$. Logo, a expectativa é que o trabalho apresente distribuição normal com probabilidade de 50% de ocorrência da variável em estudo, levando-se em consideração uma margem de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, aplica-se a seguinte fórmula:

(n = amostra esperada, z = n° de desvios padrão da distribuição normal, p = probabilidade de sucesso, q = probabilidade de insucesso, N = população, E = erro esperado).

Logo, aplicando a fórmula acima têm-se que:

Desta forma obteve-se uma amostra esperada de 368 entrevistados.

Os dados foram coletados em diversas visitas realizadas a Prefeitura Municipal de Campina Grande, no período de 14 de outubro de 2013 a 10 de dezembro de 2013.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Campina Grande (IPSEM), Paraíba, Criado pela Lei nº 2.621, de 1º de fevereiro de 1993, garante aos seus beneficiários, servidores municipais da administração direta e indireta, fundações e do Poder Legislativo, além dos seus dependentes, os benefícios determinados pela sua legislação. Ele tem promovido aos seus segurados um proeminente modelo de auxílio na prestação de serviços e eficiência na concessão dos benefícios dados sob sua responsabilidade.

Para atingir o objetivo desse trabalho o questionário aplicado foi composto de duas partes, inicialmente, constam as questões sobre o perfil dos servidores e, depois as referentes ao acesso e compreensão das informações gerenciais e contábeis previdenciárias.

5.1 PERFIL DOS SERVIDORES

Na primeira parte da análise, buscou-se constatar o perfil dos servidores que participaram da pesquisa. Como já foi apontado antes, o tamanho da amostra foi de 368 entrevistados, sendo distribuído conforme resumo abaixo:

Quadro 1- Perfil da Amostra.

RESUMO DO PERFIL DA AMOSTRA								
SEXO		ESCOLARIDADE			TEMPO DE SERVIÇO		FAIXA ETÁRIA	
Homem	Mulher	Fund.	Médio	Superior	Até 20 anos	Superior a 21 anos	Até 30 anos	Superior a 31 anos
121	247	51	133	184	320	48	136	232

Fonte: Elaboração Própria, 2014.

Em relação ao gênero, consta-se que grande parte dos respondentes é do sexo feminino, com percentual de 67%. Com relação ao nível de escolaridade, 50% já iniciaram o Nível Superior, cerca de 36% já iniciaram o Nível Médio, e somente 14% possuem até o Nível Fundamental.

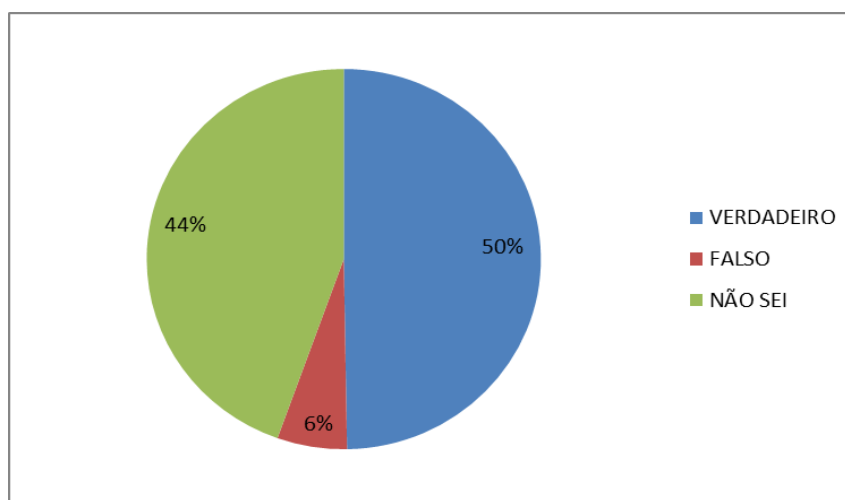
Quanto ao tempo de serviço, foi identificado que 87% tem até 20 anos de serviço público, e 13% acima dos 21 anos de funcionalismo público.

E, quanto à faixa etária, identificou-se que 63% dos servidores estão acima dos 31 anos, e 37% até 30 anos.

5.2 ACESSO E COMPREENSÃO DOS SERVIDORES

Nessa segunda etapa, procurou-se verificar a compreensão e acesso dos servidores referente às informações gerenciais e contábeis previdenciárias. Quando questionados se a divisão do Sistema Previdenciário é composta pelo Regime Geral de Previdência Social, Regime Próprio de Previdência Social e pelo Regime de Previdência Complementar, alcançou-se o seguinte resultado:

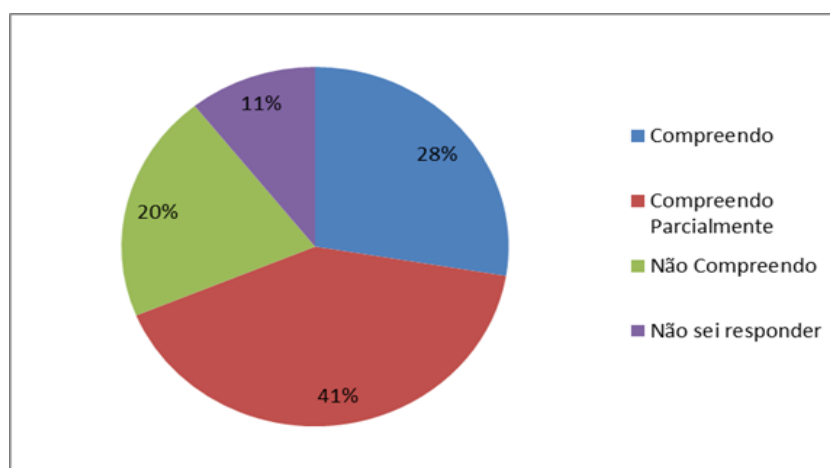
Gráfico 1- Compreensão da divisão do Sistema Previdenciário



Fonte: Elaboração Própria, 2014.

De acordo com o gráfico 1, observou-se que 50% dos entrevistados confirmaram que a divisão do Sistema Previdenciário Brasileiro é composta pelo Regime Geral de Previdência Social, Regime Próprio de Previdência Social e Regime de Previdência Complementar, 44% não possuem conhecimento para avaliá-la, e 6% consideram como falsa a informação. Com isso, pode-se perceber que está equilibrado o grau de conhecimento dos entrevistados quanto à divisão do Sistema Previdenciário Brasileiro, ou seja, metade dos respondentes compreende o referido sistema e outra metade não.

No que diz respeito à compreensão da diferença entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), bem como sobre o entendimento de qual dos dois é responsável pelo pagamento de seus benefícios previdenciários, constatou-se o seguinte:

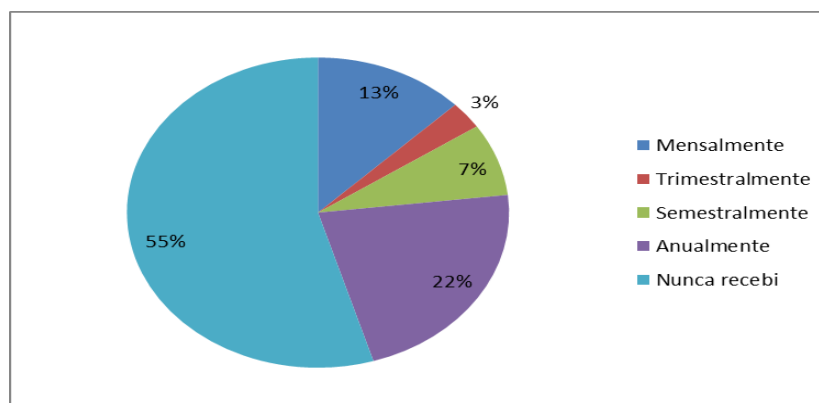
Gráfico 2 – Compreensão da diferença entre RGPS e RPPS

Fonte: Elaboração Própria, 2014.

O gráfico 2 revela que 69% dos servidores compreendem a diferença entre o RGPS e o RPPS, sendo que desses, 41% o fazem parcialmente, enquanto que 31% não têm nenhuma compreensão. Dessa forma, percebe-se que grande parte dos entrevistados compreende a diferença levantada.

Em seguida, ao serem questionados a respeito da frequência com que recebem informações sobre a previdência do município, foi constatado o que apresenta o gráfico3 a seguir

:

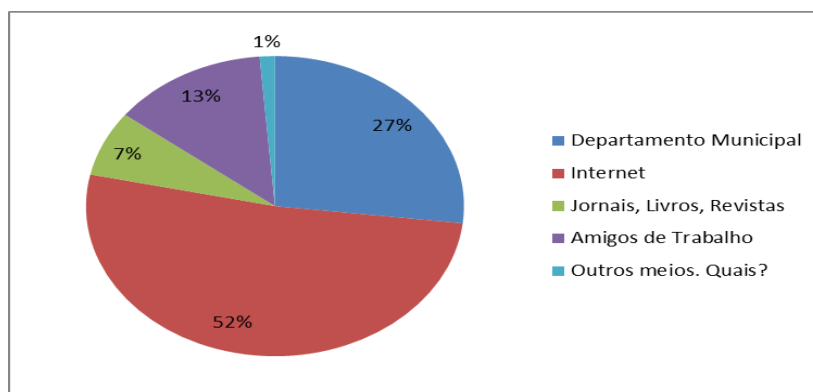
Gráfico 3 – Frequência com que recebem informações sobre a previdência

Fonte: Elaboração Própria, 2014.

Dessa forma, nota-se que o município fornece informações sobre a previdência, sendo que 45% dos servidores recebem em períodos aleatórios e 55% nunca receberam qualquer informação.

Dando continuidade, questionou-se aos servidores que fonte de informação eles utilizam ao se encontrarem com dúvidas a respeito da previdência. O gráfico 4 demonstra os resultados:

Gráfico 4- Fontes de informação a respeito da previdência

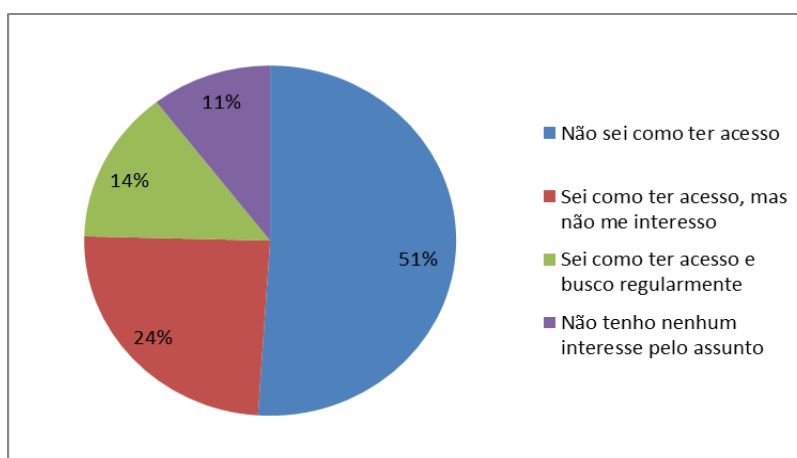


Fonte: Elaboração Própria, 2014.

Observa-se que a maioria dos servidores (52%) quando necessitam de esclarecimento sobre a previdência pesquisam na internet, 27% procuram remediar suas dúvidas no departamento municipal, e em terceiro, com 13%, buscam esclarecer suas dúvidas com amigos de trabalho.

No tocante ao acesso à prestação de contas do IPSEM, os entrevistados responderam como têm acesso as informações sobre as prestações de contas do instituto. Os resultados estão evidenciados no gráfico 5:

Gráfico 5 – Acesso às informações previdenciárias

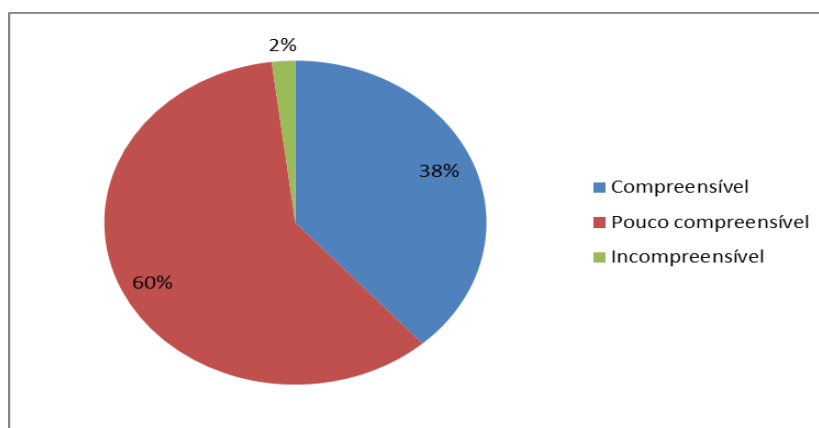


Fonte: Elaboração Própria, 2014.

Dessa forma, mais da metade dos entrevistados (51%) não sabem como ter acesso às prestações de contas do instituto de previdência do seu município, 38% sabem como ter o acesso. Dentre os entrevistados que sabem acessar as informações previdenciárias (38%), apenas 14% buscam o acesso regularmente e os demais 24% responderam que não tem nenhum interesse pelo assunto.

Entre os servidores que sabem acessar as informações previdenciárias (38%) foi perguntado qual o grau de compreensibilidade que eles têm em relação às informações disponibilizadas. O gráfico 6 demonstra o resultado:

Gráfico 6 – Compreensibilidade das Informações



Fonte: Elaboração Própria, 2014.

O gráfico 6 demonstra que 60% acham pouco compreensível às informações previdenciárias disponibilizadas pelo município, 38% julgaram como compreensível às informações evidenciadas e, apenas 2% disseram que são incompreensíveis às informações dos demonstrativos contábeis e às prestações de contas do instituto de previdência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo verificou que dos 368 servidores públicos da Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB apenas 254 conhecem o Instituto de Previdência ao qual estão vinculados.

Quanto ao perfil dos servidores entrevistados, a maioria é do sexo feminino, já iniciaram o Nível Superior, trabalham no serviço público até 20 anos e tem faixa etária acima de 31 anos.

Os resultados da pesquisa revelaram que a maioria dos servidores detém algum conhecimento acerca do órgão que é responsável pelo pagamento de seus futuros benefícios previdenciário.

Já em relação à obtenção do acesso aos demonstrativos contábeis e as prestações de contas do IPSEM a pesquisa mostrou que grande parte dos entrevistados não sabe como ter o acesso.

Já com relação se os servidores públicos da Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB conhecem o Instituto de Previdência ao qual estão vinculados, a resposta obtida foi negativa, pois o servidor é capaz de identificar quem é responsável pela sua aposentadoria futura, mas não possuem acesso aos demonstrativos contábeis e as prestações de contas, o que dificulta o acompanhamento da eficiência e eficácia da gestão de seus recursos.

E, ainda, nos resultados observou-se que o servidor do Município de Campina Grande-PB, segurado do IPSEM, demonstra um baixo interesse em obter informações sobre o referido órgão, principalmente financeiro e contábil, assim permitindo que o gestor decida os rumos que devem ser tomados na instituição previdenciária, sem levar em consideração o conhecimento que seus segurados possuem acerca do mesmo.

Logo, sugere-se que diante das limitações naturalmente inerentes a uma pesquisa de caráter exploratória, novos estudos voltados ao RPPS sejam realizados para que haja disseminação e popularização sobre o assunto entre os servidores.

ABSTRACT

In the present scenario, considering the progress of the exercise of transparency in the public sector and the relevance that social security is taking in the current landscape of budget execution, is of great value the server has a considerable degree of information of the pension system which is inserted. Thus, the objective of this research is to show the level of knowledge that insured the Institute of Security Servers Municipality of Campina Grande - PB (IPSEM) have with regard to access to and understanding of the same. To this end, a survey of application of inductive and exploratory literature method of descriptive probabilistic sample, restricting only to the actual servers Municipality of Campina Grande- PB was performed. The results obtained by a questionnaire to 384 servers revealed that public servants do not know IPSEM to which they are linked , because the server is able to identify who is responsible for your future retirement , but do not know how to access financial statements and accountings , which makes monitoring the efficiency and effectiveness of the management of its resources. And yet , the results showed that the insured server IPSEM demonstrate a low interest in

obtaining information about this body , especially financial and accounting , thereby allowing the manager to decide the direction to be taken in the social security institution without take into account the knowledge that their policyholders have about the same.

Keywords: Retirement Institute. Local public retirement institute. Public staff.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26> Acesso em 06 jan. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre as noções Gerais do sistema previdenciário brasileiro.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/lrf/080807_PUB_LRF_guiaOrientacao.pdf> Acesso em 06 jan. 2013.

BRASIL. **Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998**. Dispõe sobre as regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9717-27-novembro-1998-372123-normaatualizada-pl.pdf>> Acesso em 06 nov. 2013.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CORRAR, L. J. THEOPHILO, C.R. **Pesquisa operacional: para decisão em contabilidade e administração. contabilometria**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FELIX, C. L. **Regime Próprio de Previdência e Assistência Social: uma análise do grau de conhecimento que o servidor público do Município do Rio de Janeiro detém em relação às informações gerenciais do regime previdenciário municipal**. Dissertação de Mestrado em Contabilidade. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/77/77>> Acesso em 27 nov. 2013.

GALVÃO, D. M. A. **Gestão do Regime Próprio de Previdência Social: Uma investigação no município de Taperoá-PB**. Trabalho de conclusão de curso. UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. Campina Grande, 2012. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1472/1/PDF%20>

%20Diego%20Mentor%20Andrade%20Galv%C3%A3o.pdf> Acesso em 01 de out. 2013.

IBRAHIM, F. Z. **Curso de Direito Previdenciário**. 16 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

IPSEM **Instituto Municipal de Previdência**. Disponível em: <<http://ipsem.org.br/ipsem-instituto-municipal-de-previdencia/>> Acesso em 06 de fev. 2014.

LIMA, M. R. S. **Gestão do Regime Próprio da Previdência Social**: Uma investigação sobre o acesso e a compreensão dos servidores frente às informações gerenciais dos municípios do Estado de Pernambuco. Dissertação de Mestrado do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPE/UEPB/UFRN. Recife, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1871/1/2006_Magna%20Regina%20dos%20Santos%20Lima.pdf> Acesso em 27 nov. 2013.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MPAS. **Ministério da Previdência e Assistência Social**. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br/>>. Acesso em 30 nov. 2013.

MPAS. **Regime próprio de previdência dos servidores: como implementar? Uma visão prática e teórica**. Brasília: MPAS, 2002. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_081014-111359-413.pdf> Acesso em 30 jul. 2013.

MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE. **Lei Complementar nº 045, de 20 de abril de 2010**. Dispõe sobre a reestruturação do regime próprio de previdência social do município de Campina Grande/PB, e dá outras providências.

OLIVEIRA, A. B. S. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, D. C. G.; SANTOS, J.; SILVEIRA, G. M. C.; SOUZA, A. N. **Gestão do Regime Próprio da Previdência Social do Município de Camaragibe**: Uma Análise do Nível de Acesso e Compreensão dos Servidores sobre as Informações Previdenciárias. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 8. 2011, São Paulo. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos112011/380.pdf>> Acesso em 27 nov. 2013.

SILVA, A. C. R. da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.